

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pré-Sal.	2
Título: E as privatizações?	2
Título: Dedo na tomada	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Avanços	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: R\$ 45 bi em licitações	4

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ascânio Seleme****Título: Pré-Sal.**

Lei desobrigou a Petrobras de participar de todos os contratos de exploração dos campos de petróleo do Pré-Sal com no mínimo 30% de participação. A medida destravou os investimentos que estavam parados por absoluta falta de capacidade financeira da estatal de participar de tudo. A oposição diz que o Brasil abriu mão de sua soberania.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: CÁSSIA ALMEIDA****Título: E as privatizações?**

Privatizar a Eletrobrás é coisa de maluco. Vão fazer energia como, com carvão? É absurdo no estilo de energia que a gente tem, hidrelétrica, que não é privada em lugar nenhum do mundo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ancelmo Gois****Título: Dedo na tomada**

Veja como certas estatais são filhas pródigas da Viúva. Sergipe e Alagoas parecem gêmeos. Os dois miúdos, separados pelo Velho Chico, são quase do mesmo tamanho. Em Sergipe, a distribuição de energia é feita por uma empresa privada, ligada ao empresário Ivan Botelho. No ano passado, até setembro, a Energipe exibiu um lucro de R\$ 52,4 milhões. A empresa carrega uma dívida de R\$ 553,1 milhões. Em Alagoas, a distribuidora (em vias de privatização) é estatal. A Eletrobras Distribuidora Alagoas, nos primeiros nove meses de 2017, teve prejuízo de R\$ 109,5 milhões (em 2016, já tinham sido R\$ 321,5 milhões). Já a dívida é de... R\$ 1,78 bilhão. A empresa da terra de Graciliano Ramos gasta com pessoal mais do que o dobro do que a distribuidora da terra de Tobias Barreto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:** Marcos Lisboa**Título:** Avanços

A Petrobras passou por graves dificuldades financeiras. A Caixa Econômica assistiu à piora do seu já historicamente fraco resultado, com uma taxa de retorno menor do que o custo do capital investido.

Resultou em imenso fracasso a experiência, na última década, de expansão com muita volúpia e pouca ciência das empresas estatais. Recursos públicos escassos foram destinados a projetos economicamente inviáveis, resultando em refinarias fechadas e obras incompletas —elas custaram muito mais do que o estimado e não levaram aos benefícios esperados, mas apenas ao aumento da dívida pública.

A incompetência reduz lucros no setor privado, provocando desemprego e quebra de empresas. Já no setor público frequentemente surgem ideias criativas para, à custa da sociedade, cobrir os problemas do passado e fazer de novo.

Desta vez, contudo, a reação tem sido diferente. A nova lei das estatais e gestores comprometidos com a solidez da coisa pública vêm promovendo profundas alterações na forma como são administradas empresas como a Petrobras, a Caixa e a Eletrobras.

Saídas oportunistas têm sido rejeitadas, como usar parte dos recursos do FGTS para cobrir os problemas na Caixa. Novos estatutos têm sido aprovados para garantir maior profissionalização na escolha de executivos e transparência nos custos de execução de políticas públicas, que deverão ser arcados com recursos da União.

A agenda de reformas pode avançar mais. Um exemplo é a gestão do FGTS, monopólio da Caixa, que recebe 1% de taxa de administração, bem mais do que o setor privado cobraria. Além disso, os trabalhadores recebem uma remuneração menor do que a taxa de juros de mercado. Para se ter uma noção da diferença, cada real aplicado em títulos públicos em dezembro de 2007 valeria, atualmente, quase duas vezes mais do que se fosse corrigido pelas regras do FGTS.

A justificativa para o modelo atual, além de gerar receita para a Caixa, é subsidiar investimentos em saneamento e em habitação. Como na reforma da

TLP (Taxa de Longo Prazo), porém, seria melhor que esses subsídios fossem concedidos de forma transparente e democrática no Orçamento da União, com seus resultados avaliados contrapondo custos e benefícios, e não por meio do confisco de parte da poupança dos trabalhadores.

Uma opção seria dar aos trabalhadores o direito de escolher em qual instituição seriam depositados os seus recursos do FGTS para a compra de títulos públicos, recebendo a remuneração de mercado e pagando a menor taxa de administração que a concorrência permitir. A contrapartida seria a redução dos subsídios precariamente avaliados que não transitam pelo orçamento público, inclusive os que beneficiam a Caixa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: R\$ 45 bi em licitações

TCU, burocracia e eleições empurram leilões para 2019

O calendário de concessões e privatizações federais este ano concentra no último trimestre operações que somam investimentos de R\$ 45 bilhões. Para economistas e especialistas do setor de infraestrutura, no entanto, é pouco provável que esses leilões de fato sejam realizados este ano. Primeiro, porque a programação coincide com o período eleitoral, de grandes incertezas políticas. Também pesam contra os processos de audiência pública, auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e trâmites burocráticos de licenciamento ambiental. Esse conjunto de fatores deve empurrar o cronograma para 2019.

“Esse calendário não é viável. Estamos falando de investimentos pesados e complexos, que demandam estudos aprofundados. O investidor precisa traçar cenários, mas ele nem sabe o que virá em outubro”, comenta Paulo Lins, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV). “Acredito que nada disso acontecerá neste ano. Tudo vai parar perto das eleições.”

Para Adriano Pires, presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), parte dos projetos previstos pelo governo só tem chance de avançar no último trimestre do ano se houver candidaturas de peso à Presidência da República alinhadas aos planos do governo. “O calendário político vai ditar isso. Os investidores não são bobos. Tudo depende do candidato que estiver liderando as pesquisas.”

Os R\$ 45 bilhões referem-se a investimentos assumidos pelos concessionários ao longo do período da permissão. Não é dinheiro para engordar o caixa do Tesouro Nacional. O último relatório de avaliação de receitas do governo federal prevê uma receita com concessões de R\$ 20,2 bilhões este ano. O valor subiu R\$ 1,35 bilhão em relação à estimativa anterior, que era de R\$ 18,9 bilhões. Essa alteração incorpora a 15ª rodada de concessões na área de petróleo e a 4ª rodada de áreas do pré-sal sob o regime de partilha – previstas ainda para o primeiro semestre –, além da redução das receitas com aeroportos depois do processo de reprogramação de outorgas aprovados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

PPI. A escala do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) prevê para o último trimestre a oferta de 13 aeroportos, seis rodovias e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), na Bahia, que não tem sequer a definição sobre onde será seu terminal portuário. O pacote pré-Natal traz ainda a privatização da Casa da Moeda, das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEA Minas), da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) e da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

O PPI foi uma das primeiras iniciativas do governo Temer, em 2016, na tentativa de recuperar a economia incentivando investimentos privados em infraestrutura. Em agosto de 2017, sob pressão para fechar as contas públicas, o governo anunciou a privatização de 57 empreendimentos, incluindo o aeroporto de Congonhas – depois retirado da lista –, a Eletrobrás e a Casa da Moeda. A expectativa era obter R\$ 40 bilhões.

Viabilidade. Ainda há sérias dúvidas sobre a viabilidade de oferta de outros empreendimentos estratégicos, como a Ferrogrão, que tem previsão de ser concedida no segundo trimestre. A construção da ferrovia que ligaria Mato Grosso e Pará está estimada em R\$ 15 bilhões. A etapa de consulta pública foi concluída pelo governo, mas o TCU não tem ainda parecer prévio sobre o projeto.

A exceção dos planos de concessão e privatização, segundo especialistas, fica por conta do setor elétrico e de petróleo. A privatização da Eletrobrás, apesar das dificuldades que enfrenta para avançar no Congresso, é vista com bons olhos pelo mercado, independentemente do cenário político, dada a qualidade dos ativos que estão nas mãos da estatal, praticamente metade do parque elétrico brasileiro.

No setor de petróleo, a projeção é de um megaleilão com a oferta de áreas do excedente da chamada cessão onerosa em meados de junho, com perspectiva de receitas que variam entre R\$ 75 bilhões e R\$ 90 bilhões. A expectativa do governo com esse certame é grande, porque pode resultar em outorgas bilionárias, com impacto direto no caixa.

Não é o que ocorre com os leilões de rodovias e ferrovias, por exemplo, onde o governo busca, basicamente, um investidor disposto a assumir o projeto e fazer investimentos ao longo das concessões.

“A grande jogada do governo neste ano é a extensão da cessão onerosa do petróleo. Isso sim é algo factível. Outros projetos de infraestrutura logística tendem a encontrar dificuldades”, disse Adriano Pires, do Cbie

As distribuidoras de energia no Norte e no Nordeste do País estão com leilão previsto para o segundo trimestre do ano também. Na semana passada, a assembleia-geral de acionistas da Eletrobrás aprovou a privatização das empresas e retirou um dos maiores entraves ao processo, deixando a dívida das companhias, de R\$ 19,7 bilhões, integralmente com a holding.

Assim, as distribuidoras podem ser adquiridas “limpas” pelos novos investidores. A intenção é leiloar seis distribuidoras até 30 de abril. Questionado sobre a concentração de projetos a serem concedidos no fim deste ano, o secretário do PPI, Tarcísio Freitas, disse que o calendário eleitoral não compromete os leilões e que eles ocorrerão conforme programado.

MME / ASCOM .